

ILMA SRA PREGOEIRA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2024

CISTEL TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 22.769.273/0001-38, pessoa jurídica de direito privado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Antonio Vieira da Cunha, 47, Saúde, por seu representante legal abaixo assinado, vem, respeitosamente, à presença desta Ilustríssima Autoridade Administrativa, Senhor Pregoeiro, amparada pelo disposto no Edital, bem como subsidiariamente nas disposições contidas na Lei nº 14.133/21, com suas alterações posteriores e demais legislações aplicáveis à espécie, apresentar seu

RECURSO ADMINISTRATIVO

consubstanciado nos argumentos de fato e de direito abaixo aduzidos.

DOS FATOS

A ora IMPUGNANTE, interessada em participar da licitação para a contratação de empresa especializada para fornecimento de licenciamento de software para as soluções de segurança da informação Fortigate FG-401E e da solução Fortinet Analyzer Virtual Appliance. para coleta de logs e geração de relatórios preparou toda a proposta e documentação exigida no edital.

Após a fase de lances, a IMPUGNANTE sagrou-se vencedora do certame em questão por ter ofertado a melhor proposta, entretanto teve a sua proposta inabilitada por suposto descumprimento das exigências editalícias.

Inicialmente, cabe lembrar que o edital previa a apresentação de carta do fabricante e comprovação de vínculo com o fabricante. Entretanto, essa condição foi impugnada por violar a legislação, conforme pode se comprovar a seguir::

No Processo de Contratação de Soluções de TIC regido pela Lei nº 14.133, de 2021, a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, estabelece claramente o seguinte:

Art. 23. A definição dos critérios de julgamento da proposta (menor preço, maior desconto, técnica e preço ou maior retorno econômico) e dos critérios para habilitação técnica será feita pelo Integrante Técnico, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, que deverá observar o seguinte:

IV - a vedação de exigência, para fins de qualificação técnica na fase de habilitação, de atestado, declaração, carta de solidariedade, comprovação de parceria ou credenciamento emitidos por fabricantes.

Como a impugnação foi devidamente embasada, a Ilustre Pregoeira retirou do edital essa condição irregular e contrária à Lei.

DAS IRREGULARIDADES NO PROCESSO LICITATÓRIO

Durante o curso do certame, foram encontradas diversas irregularidades procedimentais que comprometem a lisura do processo e violam os princípios da administração pública.

O primeiro princípio que foi reiteradamente ignorado e vilipendiado foi o da vinculação ao instrumento convocatório. Este princípio, fundamental para garantir a imparcialidade e a transparência dos processos administrativos, estabelece que todas as etapas do certame devem seguir estritamente as regras e condições previamente estabelecidas no edital. A vinculação ao instrumento convocatório assegura que todos os participantes estejam cientes das normas e requisitos, promovendo a igualdade de condições e a justiça no processo.

No entanto, observamos que houve desvios significativos das diretrizes estipuladas no edital, resultando em uma série de decisões e ações que destoam do previsto. Esses desvios não apenas desrespeitam os concorrentes, que confiaram na integridade do certame, mas também ferem gravemente a credibilidade da administração pública.

Em um contexto onde a confiança e a transparência são essenciais, a falta de aderência ao instrumento convocatório mina os pilares da administração pública eficiente e justa.

Abaixo listamos algumas das irregularidades constatadas:

1 – PEDIDO DE DILIGÊNCIAS SEM BASE LEGAL

A Altasnet efetuou um pedido de diligências com base no item 7.10. O referido item permite que qualquer interessado requeira a realização de diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, desde que apresente provas ou indícios que fundamentem a suspeita.

No entanto, esta empresa não apresentou qualquer indício de inexecutabilidade ou ilegalidade. Apenas exigiu que a Pregoeira atendesse sua demanda, não prevista no edital, sem cumprir os requisitos do item 7.10 do edital.

Solicitamos que a atual empresa arrematante CISTEL apresente comprovação de que:

1. As referidas licenças foram ou serão adquiridas junto à Fortinet Brasil, de modo a garantir a plena garantia e suporte em território nacional e o devido recolhimento dos tributos pertinentes;
2. Declaração da representação da fabricante Fortinet no Brasil de que os produtos ofertados pela licitante CISTEL terão cobertura integral de garantia, suporte e RMA em

25/06/2024, :

de Universidade Federal de Viçosa - ALTASNET...

<https://mail.google.com/mail/u/1/?ik=13d7611038>

território nacional.

Pois com base na Carta da Fortinet anexa, a empresa CISTEL não tem autorização para revender licenças objeto desse edital.

Prezada Sra. Pregoeira,

Favor solicitar diligência à empresa CISTEL pedindo-a para ela mesma declarar que as licenças serão compradas dentro do Brasil, usando a Fortinet Brasil, e assim, respeitando a política do fabricante e recolhendo os impostos nacionais devidos.

Caso contrário, se a empresa CISTEL não declarar isso, e vocês a contratarem, essa empresa CISTEL irá entregar-lhes licença comprada fora do Brasil e a UFV não terá o devido suporte da Fortinet no Brasil, conforme já informado pela Carta da Fortinet que enviamos, além disso, a UFV estará incorrendo em má conduta de recolhimento de impostos e tributos nacionais.

Caso a CISTEL não declare isso, vocês podem sim desclassificá-la, pois estarão respaldados pela política de comercialização e prestação de suporte do Fabricante Fortinet, afinal de contas, a política da Fortinet está acima do interesse de venda da CISTEL.

É fundamental destacar que estas demandas são totalmente inconcebíveis.

Além disso, a comprovação de vínculo com o fabricante é integralmente incompatível com a legislação supramencionada. Portanto, tais exigências não têm qualquer fundamento e constituem uma afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

É absolutamente lamentável que um licitante, com o apoio de uma vendedora da Fortinet, pressione e coaja uma autoridade administrativa a deixar de seguir o que está previsto na lei e no edital, buscando, através de manobras fraudulentas, desclassificar um concorrente com base em premissas pessoais.

2- PEDIDO DE COMPROVACAO NAO PREVISTO EM EDITAL

No dia 24 de junho de 2024, o Sr. Diego Queiroz Melo confirmou a adequação e o atendimento de todos os requisitos dispostos no edital, incluindo a proposta comercial e os atestados de capacidade técnica.

Apesar da completa regularidade da Recorrente, este senhor decidiu aumentar as exigências do edital com base em um pedido de diligências sem qualquer embasamento legal. Não há nos autos qualquer indício de ilegalidade ou inexequibilidade.

Veja que o pedido do Sr Diego Queiroz Melo é um mero copia e cola do pedido da Altasnet:

Ainda de maneira complementar, para garantir o pleno atendimento do item 4.9 do Termo de Referência, no que se refere à garantia e suporte pelo fabricante, especialmente em território nacional, e com base nos itens 7.9 e 7.10 do edital deste pregão, requer-se ao pregoeiro deste certame que, com base no item 7.13 do mesmo edital, solicite ao ofertante a apresentação das seguintes declarações:

- [] Demonstração, por parte do ofertante, de que as referidas licenças foram ou serão adquiridas junto à Fortinet Brasil, de modo a garantir a plena garantia e suporte em território nacional e o devido recolhimento dos tributos pertinentes; e/ou

- [] Declaração da representação da fabricante Fortinet no Brasil de que os produtos ofertados pela licitante terão cobertura integral de garantia, suporte e RMA em território nacional.

Foi utilizado como justificativa para estas descabidas exigências, fora do termo de referência do edital, o suposto argumento de que a Impugnante poderia entregar licenças que não fornecem suporte e garantias de maneira integral no território nacional.

Tal premissa é absolutamente falsa e inaceitável. Primeiro pois extrapola o edital e segundo porque a recorrente demonstrou nos autos, de forma inequívoca, que já forneceu produtos Fortinet a dezenas de órgãos públicos com total satisfação e sem qualquer reclamação, o que avaliza qualquer compra futura.

No entanto, é evidente que a vendedora da Fortinet, visando obter uma comissão robusta, quer que a Altasnet ganhe a licitação por um valor bastante superior. Para alcançar esse objetivo, ela inventa informações falsas que, provavelmente, induziram o senhor Diego a uma falsa premissa. Tal comportamento não apenas compromete a transparência do processo licitatório, mas também desrespeita os princípios da lisura e da ética que devem nortear as relações comerciais com entes públicos.

Portanto, faz-se necessário um exame minucioso e justo das evidências apresentadas, de forma a assegurar que a decisão final seja tomada com base em fatos concretos e reais, e não em suposições infundadas e maliciosas.

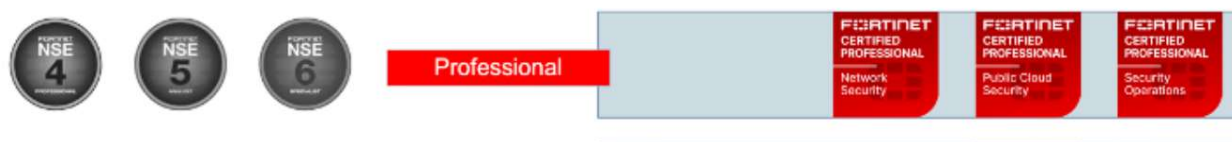
3 – DA NAO ACEITACAO DO CERTIFICADO APRESENTADO

No dia 27 de junho de 2024, o Sr. Diego Queiroz Melo relatou que não aceitava o atestado apresentado pela Recorrente pois "a empresa não comprovou possuir profissional com certificação do tipo NSE4 exigido no item 4.10, enviando um certificado de nível inferior ao exigido em nome de "Tanuj." que não foi comprovado ter qualquer tipo de vínculo com a empresa sendo possível ser qualquer pessoa física ou empresa terceira.

Ora, Ilustre Pregoeira, estamos diante de algumas irregularidades neste item.

Primeiro, a Fortinet mudou sua política de certificações em outubro de 2023. Os antigos NSE1, NSE2, NSE3, NSE4, NSE5, NSE6 e NSE7A foram substituídos por novos certificados. O certificado apresentado, FCP, é o substituto e equivalente aos níveis NSE4, NSE5 e NSE6.

O Termo de Referência exige NSE4 ou equivalente, e o FCP é equivalente. Qualquer dúvida pode ser esclarecida no próprio site da Fortinet. Portanto, afirmar que o certificado não atende às exigências é faltar com a verdade. Vide abaixo:



Além disso, desqualificar um profissional que estudou durante anos para alcançar este estágio e simplesmente dizer que o certificado em nome de Tanuj é inferior e que pode ser qualquer pessoa física ou jurídica é de um profundo desconhecimento e falta de respeito.

Primeiro, uma pessoa jurídica não se certifica como técnico. Isso é como dizer que um escritório de advocacia se graduou em direito – completamente sem sentido. Segundo, exigir comprovação de vínculo empregatício é igualmente irregular. Onde no edital existe essa exigência? Não existe....é uma manobra adicional para desqualificar a capacidade técnica da Recorrente. Mais uma vez, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório está sendo ignorado!

4 – DO TRATAMENTO DISCRIMINATORIO

É importante também ressaltar que, desde o princípio, nossa empresa foi tratada de maneira discriminatória, enquanto as outras empresas selecionadas como vencedoras receberam tratamento favorecido.

A empresa Altasnet "deu as cartas do jogo" como se fosse dona do poder e não tivesse que seguir o rito ordinário das licitações. Nota-se que, quando não vencem uma disputa, usam seu poder político e influência para convencer e/ou coagir autoridades públicas, como no caso em tela.

Manipularam cenários inventando regras próprias. Mentiram descaradamente ao dizer que o atestado apresentado pela Recorrente não era válido e que não havia comprovação de vínculo empregatício. Onde no edital está essa exigência de vínculo empregatício?

Baseando-se em suas próprias regras, adicionaram a exigência de FGTS para afirmar que o atestado apresentado estava no nome de um funcionário, justificando assim que a empresa agiu corretamente e que a Recorrente não. O cinismo e a falsidade dando seus passos.

No caso da empresa TEAM TI, não houve qualquer solicitação para comprovação de vínculo, conforme determinado pelo edital. No entanto, essa exigência não foi corretamente aplicada em nosso caso.

5 – DA DECLARACAO IRREGULAR DA FORTINET

Ambas as empresas apresentaram um suposto documento da Fortinet que não tem qualquer validade legal no Brasil e, portanto, não deveria ter sido aceito em nenhuma hipótese.

Esse documento, que sequer possui o CNPJ do emitente, RG ou CPF da pessoa que supostamente assinou a carta, aparentemente foi emitido nos Estados Unidos e carece de qualquer tipo de legitimidade e legalidade em território nacional.

Não há como validar a autenticidade desta carta supostamente emitida pelo fabricante, uma vez que foi supostamente assinada por Gonzalo Ruiz, no estado da Califórnia, Estados Unidos, sem o cumprimento das devidas formalidades legais.

Para produzir efeitos legais no Brasil, os documentos emitidos em países estrangeiros devem ser legalizados junto às Repartições Consulares do Ministério das Relações Exteriores (MRE) no exterior. Após a legalização, os documentos precisam ser traduzidos para a língua portuguesa por um Tradutor Juramentado residente no Brasil. Para surtir efeitos em relação a terceiros, também devem ser registrados em Títulos e Documentos (Lei 6.015/73, art. 129). Só assim os documentos terão validade em todo o território brasileiro.

Portanto, a carta apresentada, além de não cumprir os requisitos legais, carece totalmente de validade, uma vez que não há qualquer documento que comprove que o subscritor possui poderes para representar a Fortinet no Brasil. Desta forma, o documento apresentado não é válido no Brasil.

DO PRINCIPIO DA VINCULACAO AO EDITAL

O princípio da vinculação ao edital é fundamental porque garante a transparência, isonomia e legalidade nos processos licitatórios. Este princípio assegura que todas as regras e condições estabelecidas no edital sejam rigorosamente seguidas por todos os participantes e pela administração pública. Sua importância pode ser detalhada nos seguintes pontos:

1. **Transparência:** O princípio da vinculação ao edital permite que todos os interessados tenham acesso às mesmas informações e condições, evitando favorecimentos e garantindo que o processo seja conduzido de forma clara e aberta.
2. **Isonomia:** Garante que todos os participantes do processo licitatório sejam tratados de maneira igual, com as mesmas oportunidades e obrigações, impedindo discriminações ou privilégios indevidos.

3. **Segurança Jurídica:** Oferece previsibilidade e estabilidade ao processo licitatório, assegurando que as regras não serão alteradas durante o curso da licitação, o que protege os direitos dos participantes e fortalece a confiança no processo.
4. **Legalidade:** Assegura que o processo licitatório respeite todas as normas legais e regulamentares, evitando práticas arbitrárias ou ilegais por parte da administração pública.
5. **Eficiência:** Promove a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, uma vez que todos os critérios e condições são previamente definidos e seguidos, evitando recursos e impugnações que podem atrasar a conclusão do processo.

Em resumo, o princípio da vinculação ao edital é crucial para assegurar a integridade, justiça e eficácia nos processos de contratação pública.

DAS TENTATIVAS FRUSTRADAS DE MACULAR PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

Lamentavelmente, conforme descrito acima, ainda existem casos em que alguns licitantes, com o apoio obscuro de agentes internos da filial do fabricante no Brasil, tentam manchar a boa imagem e reputação da IMPUGNANTE.

Em diversas decisões, podemos verificar o mesmo padrão utilizado por "revendas autorizadas" pelo fabricante, tentando eliminar a concorrência de forma ilegal com o uso de informações falsas.

No entanto, é importante ressaltar que essas tentativas foram frustradas pelo trabalho exemplar dos Pregoeiros, que agiram de acordo com a legalidade e a imparcialidade, garantindo assim a lisura e a transparência dos processos licitatórios.

Aqui estão alguns exemplos recentes:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023

Pregoeiro	08/09/2023 10:11:07	Para CISTEL COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA - Sr Licitante, recebemos um email, que nos deixou muito preocupados.
Pregoeiro	08/09/2023 10:12:30	Para CISTEL COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA - O email era oriundo de Alexandre Heinrich Vilanova, que se diz Gerente Regional da Fortinet, e que afirma que a CISTEL não é um parceiro autorizado para venda de produtos Fortinet.
Pregoeiro	08/09/2023 10:12:57	Para CISTEL COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA - O que impediria, com uma venda através do sr, qualquer tipo de garantia por parte da fabricante.
Pregoeiro	08/09/2023 10:13:41	Para CISTEL COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA - Eu gostaria de lhe enviar este email, e gostaria de que empresa apresentasse, o que entender necessário como resposta.
769.273/0001-38	08/09/2023 10:15:04	Por favor, enviar no email, info@cistel.com.br / anderson@cistel.com.br
Pregoeiro	08/09/2023 10:17:03	Caso alguma empresa que esteja presente, queira receber este email basta pedir no email: selit.ap@trf1.jus.br
Pregoeiro	08/09/2023 10:20:05	Para CISTEL COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA - De todo modo, concedo o prazo editalício de 2h para que a empresa apresente manifestação quanto ao email recebido, sendo nossa principal preocupação a falta de garantia/suporte que inviabilizaria a contratação.
Sistema	08/09/2023 10:27:13	Senhor fornecedor CISTEL COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA, CNPJ/CPF: 22.769.273/0001-38, solicito envio do anexo referente ao item 2.
769.273/0001-38	08/09/2023 10:29:38	Sr Pregoeiro o prazo é muito exíguo para responder um email que acabamos de receber.
Sistema	08/09/2023 10:37:49	Senhor Pregoeiro, o fornecedor CISTEL COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA, CNPJ/CPF: 22.769.273/0001-38, enviou o anexo para o item 2.
Pregoeiro	08/09/2023 10:47:59	Para CISTEL COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA - Sr Licitante, o arquivo que foi anexado é só uma proposta.
Pregoeiro	08/09/2023 10:48:11	Para CISTEL COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA - Eu preciso da manifestação da empresa sobre o email.
Pregoeiro	08/09/2023 11:00:35	Para CISTEL COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA - Sr Licitante, preciso saber se o sr enviará uma manifestação sobre isso.
Pregoeiro	08/09/2023 11:01:17	Para CISTEL COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA - Mais especificamente como a JFAP contará, em caso de necessidade, com suporte da fabricante para o item arrematado, uma vez que foi encaminhado um documento da fabricante informando que qualquer cliente ou usuário final que adquira produtos ou serviços relacionados às soluções de segurança Fortinet por meio de terceiros não autorizados não obterá
Pregoeiro	08/09/2023 11:01:36	Para CISTEL COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA - nenhum tipo de serviço, suporte, substituição ou garantia de acordo com os termos e condições.
59.273/0001-38	08/09/2023 11:04:35	Sim, enviaremos dentro do prazo informado.
Pregoeiro	08/09/2023 11:59:48	A empresa CISTEL COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA enviou via email resposta ao questionamento solicitado. Quem quiser ter acesso à resposta, enviar solicitação ao email: selit.ap@trf1.jus.br.
Pregoeiro	08/09/2023 12:00:47	Considerando o horário, e que o documento será analisado pelo nosso setor demandante, suspendo o pregão, com reabertura para às 14h de hoje, 08/09/23.
Pregoeiro	08/09/2023 14:08:43	Boa tarde srs licitantes, a equipe técnica ainda está avaliando o documento resposta, voltaremos a nos pronunciar às 14:30.
Pregoeiro	08/09/2023 14:32:05	Boa tarde, nossa equipe ainda está diligenciando em outros órgãos, por isso a demora, voltaremos a nos pronunciar às 15h.
Pregoeiro	08/09/2023 16:08:22	Srs licitantes, nossa equipe técnica está fazendo diligência em outros órgãos para confirmar as informações apresentadas. Com o avançar da hora decidimos suspender o pregão, para segunda-feira, 11/09/2023, às 10h.
Pregoeiro	11/09/2023 10:06:36	Bom dia Srs Licitantes.
Pregoeiro	11/09/2023 10:07:03	Estamos trabalhando nas diligências, em breve retorno.
Pregoeiro	11/09/2023 10:48:08	Voltamos.
Pregoeiro	11/09/2023 10:48:25	Foi realizada Diligência junto à Secretaria de Tecnologia da Informação do STF e verificação de autenticidade do Atestado de Capacidade Técnica junto ao Tribunal de Contas de Minas Gerais.
Pregoeiro	11/09/2023 10:48:34	Foi encaminhado o atestado pela entrega dos produtos (licenças) da Fabricante Fortinet ao Supremo Tribunal Federal, informando que os itens foram entregues dentro do prazo esperado, bem como com as funcionalidades exigidas em edital.
Pregoeiro	11/09/2023 10:48:44	Referente ao atestado de capacidade técnica, o TCE-MG informou a veracidade da documentação apresentada, bem como ressaltou que o referido atestado só é emitido em caso de pleno atendimento das exigências editalícias e ainda a boa execução do contrato sem qualquer ocorrência.
Pregoeiro	11/09/2023 10:49:49	Deste modo, iremos aceitar a proposta da empresa CISTEL.
Pregoeiro	11/09/2023 10:50:52	Considerando que a qualificação da empresa já foi aceita no primeiro item, previamente.
Pregoeiro	11/09/2023 10:52:01	E visando a publicidade desta diligência, para que todos tenham oportunidade de questionar, informo que a empresa CISTEL será qualificada, e o tempo para interposição de recursos acontecerá entre 11h até 12h.
Sistema	11/09/2023 10:54:20	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'.
Pregoeiro	11/09/2023 10:54:38	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 11/09/2023 às 12:00:00.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023

Pregoeiro	03/08/2023 14:55:14	Prezados, recebemos um pedido de diligência da empresa ALTASNET, que questionou a capacidade técnica da empresa CISTEL para fornecer a licença. Nessa solicitação, a empresa enviou uma Declaração da Fortinet afirmando que a empresa vencedora não está autorizada a revender e suportar licenças e produtos da Fortinet.
Pregoeiro	03/08/2023 14:56:28	Sendo assim, suspenderemos a sessão até que a Diretoria de Tecnologia da Informação consiga sanar a dúvida acerca da habilitação técnica da empresa que deu o menor lance.
Pregoeiro	03/08/2023 14:57:27	Para CISTEL COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA - Caso tenham alguma documentação que queiram nos enviar durante a realização da diligência, peço que enviem para: licitacao.reitoria@ifsudestemg.edu.br
Pregoeiro	08/08/2023 09:29:51	Prezados, bom dia! Informo que realizamos as diligências necessárias e reabriremos a sessão amanhã (dia 09/08) às 13h.
Pregoeiro	09/08/2023 13:00:39	Prezados, boa tarde!
Pregoeiro	09/08/2023 13:04:21	Tendo em vista a diligência realizada no processo 23223.000569/2023-51, a conclusão da Diretoria de Tecnologia da Informação foi no sentido de seguir as regras do edital, indicando a habilitação da empresa primeira colocada, que comprovou habilitação técnica por meio de seus Atestados de Capacidade Técnica.
Pregoeiro	09/08/2023 13:04:48	Sendo assim, daremos andamento à fase de aceitação
Sistema	09/08/2023 13:13:08	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de "aceito e habilitado" ou "cancelado no julgamento".
Pregoeiro	09/08/2023 13:13:52	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 09/08/2023 às 13:40:00.
Pregoeiro	09/08/2023 13:44:52	Prezados, tendo em vista a não intenção de recursos, encerraremos a sessão. Peço que a empresa vencedora este atenta ao e-mail constante na proposta de preços, pois o contato será realizado por esse endereço.

DA CONCLUSÃO

Conclui-se que a RECORRENTE demonstrou de forma inequívoca ter atendido integralmente os termos do edital.

Adicionalmente se comprovou que o documento apresentado, supostamente emitido pela Fortinet nos Estados Unidos, não tem qualquer validade legal no país.

Ademais, assiste razão a RECORRENTE também quando requer que seja revogada a decisão de inabilitação de sua proposta, declarando-a habilitada e adjudicando a seu favor o item vencido!!

DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer digno-se V. Sa. conhecer das razões do presente RECURSO, e no mérito julgar totalmente PROCEDENTE, retomando o certame à fase em que houve a irregularidade objeto do presente recurso.

Todavia, não sendo esse o entendimento de V. Sa., requer a Impugnante sejam os autos remetidos à autoridade superior competente para que, após sua análise, defira os pedidos ora exarados, ou ainda que revogue o presente certame pelas irregularidades anteriormente apontadas.

Termos em que pede deferimento.

São Paulo, 3 de julho de 2024.